

Entrevista a Steve Doig

FERNANDO CASCAIS *

Steve Doig, Knight Chair in Journalism da Walter Cronkite School of Journalism and Mass Communication da Universidade do Arizona, viveu os últimos cinco meses de 2010 em Portugal como Fulbright Distinguished Chair¹. Regeu cursos e workshops², deu conferências em instituições e universidades, deixou pistas de trabalho e contactos de norte a sul do país. E também fez alguns «inimigos». É o que acontece a quem aplica metodologias que geram uma «verdade» jornalística oposta à «verdade» de interesses particulares. Doig – que o Exército e a Guerra do Vietname conduziram ao jornalismo e este, vinte e três anos depois, à universidade – sorri e encolhe os ombros: «Já estou habituado.»

* Doutorando em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, docente da licenciatura em Comunicação Social e Cultural da UCP.

Doig é especialista em jornalismo de precisão (*precision journalism*), ou jornalismo assistido por computador (*computer-assisted reporting* ou CAR), e destacou-se, nos Estados Unidos, e agora também em Portugal, pelo seu modelo de *head-counting* em manifestações e comícios políticos.

A 20 de Novembro, Lisboa foi anfitriã de uma cimeira da NATO, alvo também de uma manifestação de protesto que desfilou entre o Marquês de Pombal e os Restauradores. Doig montou uma equipa de estudantes em pontos de observação ao longo do percurso, contando, durante trinta segundos, os manifestantes que desciam a Avenida da Liberdade. Esta contagem era repetida a cada dois minutos. Com este rígido protocolo, Doig pretendeu obter uma amostragem que invalidasse os efeitos de momentos em que a multidão é compacta e de outros em que é muito dispersa. O desfile durou 45 minutos, e as contagens variaram entre 300 e 10 manifestantes. A média foi de cerca de 68, que multiplicada por dois aponta para uma média de manifestantes por minuto, ou seja, 135, que multiplicados por 45 minutos dá 6750 pessoas, número arredondado para 7000, ao qual arbitrariamente foram somados 1000, para cobrir manifestantes que não tenham completado todo o percurso. As contas de Doig deram 8000 manifestantes. Aliás, a área da Praça dos Restauradores – argumenta Doig – tem 5000 metros quadrados. Considerando a área útil por pessoa de 0,7 metros quadrados, a lotação possível será de 7000 pessoas. Os promotores do protesto anunciaram 30 mil. As verdades, uma vez mais, colidiram.

Esta aproximação estatística ao rigor informativo traz-lhe regularmente inimigos. Qual foi a maior e mais recente controvérsia em que se viu envolvido?

O que se passou em Portugal não é diferente do que acontece nos Estados Unidos, nestes casos. Exemplos? A manifestação promovida por Glenn Beck³ ou a tomada de posse do presidente Obama. Sempre que há contagens de pessoas surgem os que dizem que os números não são possíveis e que nós os manipulámos, ou fomos «pagos» para subestimar a multidão. Isso também terá acontecido em Lisboa.

Uma grande controvérsia rodeou o *Inauguration Day* [Washington, 20 de Janeiro de 2009] do presidente Barak Obama, o que é admissível, dada a atenção nacional e internacional que a cerimónia suscitou. Pelos meus cálculos, assistiram cerca 800 mil pessoas, mas os apoiantes apontavam para um número muito acima do milhão⁴. Foi curioso, porque a direita republicana tirou largo partido destes números, mas quando indiquei que Glenn Beck não

juntou mais de 80 mil simpatizantes, contra o meio milhão – e até o milhão – que os seus apoiantes apregoavam, fui acusado de «liberal» pago para menosprezar o comício. Esta manifestação de Glenn Beck foi a que gerou mais *hate mail*, porque os seus apoiantes assumiram muito rapidamente uma posição partidária muito sectária, e a verdade era o que menos lhes interessava.

Do ponto de vista político, a multidão – movimentando-se a favor ou contra algo – pode representar uma força e ter um significado concreto, que ultrapassa muitas vezes a questão numérica. Será assim tão importante o cálculo aritmético? Este não transformará o acto político – uma manifestação, um comício, uma greve – numa espécie de competição? Não poderão os *media*, ou os jornalistas, ser arrastados para uma abordagem informativa de tipo competitivo?

Para mim, as duas questões são importantes, a multidão em movimento e os números. Mas para o jornalista, o relato, a história correcta sobre uma manifestação pública deve incluir não apenas os motivos da acção e o que foi dito nela, mas também a sua dimensão real. Não foram os jornalistas que sobrevalorizaram a questão do número, os promotores e os organizadores é que criaram o mito, segundo o qual a importância da manifestação é aferida pelo número de participantes.

Como norma, os repórteres costumavam aceitar passivamente os números fornecidos pelos organizadores. Por isso, quando se noticia um número muito abaixo do que os promotores anunciaram, mas obtido por meios de observação mais rigorosos, eles reagem tão intempestivamente. Foi o que aconteceu em Portugal, quando se fizeram cálculos relativamente a algumas manifestações recentes. O problema é que os números estavam já tão inflacionados que uma manifestação com menos de cem mil pessoas representaria um fracasso. Actualmente, relatar muito mais próximo da verdade, ou seja, por exemplo, que participaram dez mil pessoas, é visto como denunciar um fracasso. Mas para o jornalista o número faz parte do rigor da sua história sobre a manifestação.

Steve Doig viu-se jornalista sem praticamente ter estudado Jornalismo. A sua única formação foi um curso de dez semanas tirado na Defence Information School, antes de o Exército o enviar como «especialista em informação» para o Vietname, onde durante um ano foi correspondente de guerra. Cumprido o serviço militar, concluiu o seu curso de Ciência Política (Dartmouth College), e a oportunidade de iniciar uma carreira profissional surgiu em 1974 no *The Daytona Beach News-Journal*, onde durante três anos aprendeu as práticas e as rotinas profissionais⁵.

Em 1977, Doig «ascendeu» ao *The Miami Herald*, onde trabalhou cerca de vinte anos, que passaram pelo galardão mais prestigiado do jornalismo impresso norte-americano, o Pulitzer. Aconteceu em 1993, integrado na equipa do jornal que investigou «What Went Wrong» (título da extensa reportagem de investigação) na destruição e danificação de mais de 80 mil habitações, entre elas a do próprio Doig, durante a passagem do furacão *Andrew* na Florida, em Agosto de 1992.

Na bagagem profissional de Doig estavam já conhecimentos e prática auto-didacta da investigação através de computador. Teve o seu primeiro computador em 1982, e cedo compreendeu a necessidade de aperfeiçoar a sua utilização e os conhecimentos em estatística. Percebeu que o computador chega onde as possibilidades humanas não têm êxito, como por exemplo na observação de padrões ou tendências. Quando o *Miami Herald* decidiu investigar a hecatombe causada pelo *Andrew*, as pesquisas e análises computacionais de Doig foram essenciais para detectar o que correu mal: as normas de construção de imóveis foram-se relaxando ao longo dos anos, e quanto mais recentes os edifícios, mais facilmente eram destruídos.

Começou no jornalismo sem estudos em jornalismo. O jornalista necessita mesmo deles?

O jornalismo, em si próprio, é muito simples. Basicamente, é uma questão de personalidade, que se reflecte na capacidade de falar com pessoas, de as fazer dar informação, de compromisso com a função que se desempenha, de ser persistente, de ser cuidadoso. Enfim, questões de personalidade, que não são necessariamente ensinadas. Mas há seguramente algumas questões técnicas que têm de o ser, como fazer um *lead*, escrever uma história, procurar fontes, etc.

São portanto as técnicas que justificam um curso de Jornalismo?

Na verdade, pode-se ser jornalista a partir de qualquer base. Um estudo realizado nos Estados Unidos mostrou que, num período de vinte anos, mais de

metade dos galardoados com o Pulitzer não tinham no seu currículo graus académicos em jornalismo. Eram sobretudo indivíduos sagazes, com estudos, por exemplo, em Ciência Política ou em Sociologia.

Como professor numa grande escola de jornalismo, a minha opinião é a de que, para o exercício profissional, não é indispensável um curso de Jornalismo, mas, por muitas e boas razões, é conveniente fazê-lo. A escola deve fornecer um ambiente, uma cultura do jornalismo, onde além da técnica deve ser absorvida a ética, a independência, o relacionamento com as fontes, enfim – repito – uma cultura jornalística.

Falamos de cursos de Jornalismo, mas na verdade as universidades oferecem hoje, sobretudo, cursos no domínio da Comunicação, muitos deles incluindo o Jornalismo. Não estará o jornalismo, hoje, a afogar-se num oceano muito vasto que é a Comunicação?

Em parte, sim. Quem possui um passado mais profissional do que académico – como é o meu caso, e o de muitos outros – revela normalmente menor interesse pelos estudos em Comunicação. A minha carreira profissional no jornalismo teve êxito, mesmo sem conhecimentos de teoria da comunicação, mas isso também não significa que eles sejam inúteis. Na realidade, muitos colegas de profissão realizaram importantes investigações no campo do jornalismo a partir dos seus conhecimentos teóricos. Sublinho apenas que o conhecimento teórico pode não ser necessário numa redacção, mas também não é inútil.

Mas no quadro dos estudos em Comunicação, como compatibilizar os estudos em Jornalismo com áreas como a Publicidade ou as Relações Públicas?

A minha escola não tem Publicidade, mas tem Relações Públicas. Estas e o jornalismo usam muitas técnicas semelhantes, mas os seus objectivos são diferentes. Isso para mim não representa um problema, desde que os estudantes de Jornalismo compreendam que a sua missão é outra. A audiência do jornalismo são as pessoas, a audiência das relações públicas são as empresas para as quais trabalham.

Steve Doig é um cruzado da importância da estatística nas competências jornalísticas. Numa redacção, nem todos precisam de as ter, mas alguns sim. O CAR (*computer-assisted reporting*) sintetiza-se na conjugação de computadores com métodos das ciências sociais, tendo como objectivo analisar e descobrir factos de uma forma independente relativamente aos estudos e relatórios fornecidos pelas autoridades, quaisquer que elas sejam. O primeiro Pulitzer a premiar um trabalho CAR surgiu em 1989: uma investigação desenvolvida em Atlanta («The Color of Money») demonstrou a dificuldade da população negra em conseguir empréstimos bancários para comprar casa.

Dominar programas como Excel, Access, SPSS, Mapping, entre outros, tirando partido dos cruzamentos de informação e da análise da variação relativa de diferentes factores são, entre outras, competências que Doig insiste em incluir na bagagem teórico-prática do jornalista actual.

Mas o padrão – mesmo quando o uso do computador é já inerente à prática do jornalismo – continua a ser o horror dos jornalistas (e dos candidatos ao jornalismo) à matemática...

Hoje não tenho dúvidas de que não se pode ser um bom jornalista sem se saber matemática. Costumo dar sempre uma boa e uma má notícia aos meus alunos. A má é que para se fazer boas reportagens tem de se saber matemática; a boa é que não se trata de matemática de nível superior, mas de conhecimentos básicos como, por exemplo, calcular alterações percentuais. Há muitos anos, o facto de eu saber alguma matemática valeu-me a alcunha de «professor» na redacção onde trabalhava. É que os outros nem sabiam calcular uma percentagem.

Tim Berners-Lee⁶ afirmou muito recentemente⁷ que o futuro dos jornalistas é a análise de informação (*data*). Estará assim a mudar tão radicalmente o perfil do jornalista? E a observação directa do que se passa à volta, mais perto ou mais longe, do jornalista?

Quanto a mim, não se trata do futuro, mas do presente. Há pelo menos vinte e cinco anos que, de certa forma, isso é feito pelo jornalismo. Poderá ser novidade na Grã-Bretanha. Mas, de facto, isso não é novo.

Por outro lado, a observação da procura de trabalho pelos meus alunos recém-licenciados diz-me que as redacções lhes pedem boas competências informáticas. Penso não ser possível transformar todos os jornalistas de cinquenta anos de idade, mas os de hoje têm de ter um bom conhecimento do que

envolve a pesquisa de dados (*data journalism*), como a utilização de folhas de cálculo, a pesquisa avançada na Internet, etc. No futuro próximo, este tipo de competências integrará o perfil do jornalista. Já não é uma especialização, tal como a poderemos considerar ainda hoje. Quando comecei, era considerado um especialista nestes domínios, mas hoje os repórteres de investigação usam cada vez mais estas técnicas de pesquisa, a par das tradicionais, ou seja, observações directas, entrevistas, etc. Se não desenvolverem novas capacidades de investigação, estão a limitar-se profissionalmente.

Em *data journalism*, o jornalista não será mais interventivo (do que passivo)? Isto é, não espera que a história aconteça: cria a história através da sua pesquisa informática. Do ponto de vista do jornalismo tradicional, centrado no conceito de objectividade, não se está perante uma subversão metodológica?

Devem os jornalistas criar histórias? Aí está uma questão com a qual tenho vivido – e convivido. Há vinte anos, quando comecei a publicar com base em análise de dados, a citação dos meus trabalhos tinha por fonte de informação a expressão «segundo Steve Doig». Não, eu não entendo como parcialidade a procura e a edição de uma história baseada em análise de dados. Por exemplo, se analisar a taxa de crime numa cidade, devo produzir uma história de acordo com o que encontrei, e não com o que esperava encontrar. Vejamos um caso sensível nos EUA, onde os jornalistas têm acesso aos financiamentos das campanhas eleitorais. Estou a analisar a quantidade de dinheiro conseguida por um determinado candidato com cujas ideias e posições eu mesmo concordo; porém, se descobrir que o dinheiro vem de sectores não recomendáveis, tal facto não me impedirá de escrever a história. Isto, para mim, é a objectividade.

É isso o que Philip Meyer⁸ considera «objectividade de método», em vez de «objectividade de resultado»?

Esse é um grande conceito de Philip Meyer: objectividade de método. É, de facto, o que fazemos.

Mas não se estará a transformar o jornalismo numa espécie de sociologia? «Espécie» porque o jornalismo não pode (e talvez nem deva) dispor do tempo e das condições de observação e análise da sociologia, porque os objectivos do jornalista e do sociólogo não coincidem...

Concordo, em parte, com a existência de uma inclinação sociológica, mas, por outro lado, não fazem os sociólogos estudos etnológicos? Não saem para

a rua entrevistando pessoas e escrevendo sobre o que ouvem e observam – tal como os jornalistas? Logo, não vejo qualquer problema na proximidade entre ambos.

Por outro lado, também não encontro qualquer divergência entre o método jornalístico clássico – a investigação através da observação directa e do contacto com as fontes – e o jornalismo de dados. São duas faces da mesma moeda, e ambas produzem resultados. Porque não usar ambas? Uma não exclui a outra, e podem até conjugar-se, que é o que sucede quase sempre: encontram-se elementos, informações, hipóteses analisando dados que depois são testados, verificados, ilustrados com o contacto com as fontes, as pessoas, os locais.

Afinal, que terminologia deve ser utilizada: jornalismo de precisão, jornalismo de dados, jornalismo assistido por computador, jornalismo público? Há diferenças conceptuais entre estas designações?

Não distingo entre jornalismo de precisão e jornalismo de dados ou jornalismo assistido por computador. Já o jornalismo público, a que Meyer também dedicou muita atenção, é diferente. Pode haver semelhanças em alguns instrumentos utilizados na investigação, mas o jornalismo público é, na minha opinião, mais agressivo. Quero dizer com isto que ele é mais orientado para um determinado objectivo. Não me sinto confortável com esse tipo de posicionamento, prefiro analisar dados e escrever uma história que conte às pessoas o que realmente se passa, que há um problema para ser resolvido, mas não assumo como meu dever e missão profissionais a exigência da solução, ou de uma determinada solução.

A propósito de problemas e de soluções, considera uma acção de tipo *Wikileaks* como uma espécie de *data journalism*?

Não. Isso já aconteceu há trinta anos, quando o *New York Times* teve acesso – porque um analista os forneceu – aos documentos do Pentágono, que foram essenciais na evolução final da guerra no Vietname. *Wikileaks* fornece informação, não dados, porque estes já têm tratamento. E a informação fornecida pode ser ou não notícia. Na realidade, em face do volume de informação disponibilizada pela *Wikileaks* os jornalistas usam técnicas de *data journalism* para o analisar e classificar tendo em vista uma decisão editorial sobre a sua publicação.

Num contexto economicamente dominado pelo encerramento de jornais, pelo despedimento de jornalistas, pela alteração de perfis profissionais e pela dispersão de conteúdos, considera haver futuro para a investigação jornalística? Como se financiará? Que independência terá?

São muitas as tentativas em curso para encontrar um novo modelo de gestão para o jornalismo, procurando conciliar investigação independente com modelos de suporte financeiro. Quererão os financiadores apoiar investigações que os possam vir a afectar? Não sei. Tudo parece estar em aberto.

A questão de fundo é a do próprio jornalismo. À democracia é indispensável um forte grupo de jornalistas que garanta, seja por que canal for, investigação independente e competente. Não é esta a situação actual, mesmo nos EUA, pois o jornalismo está sob forte ataque.

Está pessimista?

Não, estou optimista. Acredito que a sociedade exigirá o tipo de informação que só o jornalismo pode fornecer. Falta descobrir o modelo de negócio, mas estou convencido de que haverá uma forma de os jornalistas continuarem a fazer o que sempre fizeram. Porque se o jornalismo desaparecesse alguém o inventaria de novo.

Entrevista realizada em Novembro de 2010, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

NOTAS

- ¹ Cerca de quarenta académicos com um relevante percurso docente ou obra publicada são anualmente seleccionados para integrarem o *Fulbright Scholar Program de Distinguished Chairs* em universidades europeias, e não só. Doig foi escolhido para o 50.º aniversário do programa *Fulbright* em Portugal. Trata-se do principal programa de intercâmbio educacional americano e é financiado pelo Serviço de Educação e Assuntos Culturais do Departamento de Estado. (Julie Newberg, «Cronkite professor named Fulbright Chair in Portugal», http://asunews.asu.edu/20100204_Doig, consultado em 14/10/2010)
- ² Um destes *workshops* decorreu na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, a 29 de Novembro de 2010, dia em que também foi realizada a presente entrevista.
- ³ A 28 de Agosto de 2010, Glenn Beck, apresentador e comentador de rádio e TV, conhecido pelas suas posições políticas muito conservadoras, levou largos milhares de pessoas a concentrarem-se junto ao Lincoln Memorial, em Washington, para um comício cujo lema era «Restoring America» ou «Restoring Honor».
- ⁴ Para a sua estimativa, Doig analisou essencialmente, segundo o relato da imprensa norte-americana, fotografias aéreas e obtidas por satélite.
- ⁵ Steve Doig, «Newsroom rookie went on to become a big man on campus», *News-Journal – 75th Anniversary*, November 2, 2003, disponível em www.news-journalonline.com/special/75th/newsroom-rookie.htm, consultado em 17/11/2010.
- ⁶ A quem é reconhecida a paternidade da World Wide Web.
- ⁷ Intervenção em Londres, a 19 de Novembro (www.guardian.co.uk/media/2010/nov/22/data-analysis-tim-berners-lee).
- ⁸ Philip Meyer é reconhecidamente o criador do chamado «jornalismo de precisão», expressão que cunhou na sua obra *Precision Journalism – A Reporter's Introduction to Social Science Methods*, de 1973. Com as bases lançadas nos anos 70, esta corrente do jornalismo de investigação desenvolveu-se paralelamente ao aperfeiçoamento e à vulgarização dos computadores e das bases de dados, assumindo-se nos anos 90 como CAR (*computer-assisted reporting*). Para Meyer, um antigo jornalista que foi detentor de uma *Knight Chair* na Universidade da Carolina do Norte (Chapel Hill), o jornalista deve sentir-se à vontade tanto com palavras como com números e, quanto ao jornalismo, Meyer considera que ele cobre bem acontecimentos, mas não é muito bom na observação estrutural. E é aqui – sublinha – que uma abordagem através das ciências sociais pode ajudar a ver o funcionamento do sistema e as causas dos problemas.
- ⁹ Philip Meyer, «Public Journalism and the Problem of Objectivity» (1995), disponível em www.unc.edu/~pmeyer/ire95pj.htm, consultado a 17/11/2010. Neste artigo, Meyer refere-se ao trabalho jornalístico de Steve Doig como alternativo ao conceito tradicional de objectividade: ela reside no método de investigação, cumprindo a norma científica da replicabilidade. Meyer valoriza esta concepção relativamente à do juízo (objectividade-subjectividade) sobre o produto final, a reportagem publicada. O abandono da passividade do jornalista no jornalismo de precisão foi objecto de fortes críticas, todas elas centradas na questão da objectividade, que é central no jornalismo americano tradicional.